

L E I N ° 2.632/2006

Data : 13 de junho de 2006.

SÚMULA: Dispõe sobre a instituição do Programa de Recuperação Fiscal de Bandeirantes e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

 L E I

Art. 1º - Fica instituído o *Programa de Recuperação Fiscal* do Município de Bandeirantes, REFIS MUNICIPAL, com a finalidade de promover a regularização de créditos tributários decorrentes de débitos das pessoas físicas e jurídicas, relativos a tributos municipais (impostos e taxas), vencidos até a data da publicação desta lei, inscritos em dívida ativa, parcelados ou não, ajuizadas ou não, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º - O ingresso no REFIS MUNICIPAL dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais no artigo anterior.

§ 1º - O ingresso no REFIS MUNICIPAL implica na inclusão da totalidade dos débitos referidos no artigo 1, em nome do sujeito passivo, inclusive os não constituídos, que serão incluídos na programa mediante confissão.

§ 2º - espontaneamente pelo contribuinte por ocasião da opção no haverá aplicação de multas de mora ou de ofício, bem como de juros moratórios.

Art. 3º - A opção pelo REFIS MUNICIPAL poderá ser formalizada até 30/11/2006, mediante a utilização do Termo de Opção do REFIS MUNICIPAL, conforme modelo a ser fornecido pela Secretaria da Fazenda do Município.

Art. 4º - Os créditos tributários que trata o artigo 1, incluídos no REFIS MUNICIPAL, devidamente confessados pelo sujeito passivo, poderão ser pagos em até 30 (trinta) parcelas mensais e sucessivas, mediante deferimento do Secretário da Fazenda do Município.

§ 1º - Os débitos existentes em nome do optante serão consolidados, tendo por base a formalização do pedido de ingresso no REFIS MUNICIPAL.

§ 2º - A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome do sujeito passivo até a data da publicação desta lei, pessoa física ou jurídica, inclusive os acréscimos legais, relativos aos juros moratórios e atualização monetária, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, ressalvados as disposições do Artigo 7 desta Lei.

§ 3º - Para fins do disposto neste artigo o valor das parcelas não poderá ser inferior a R\$-20,00 (vinte reais).

§ 4º - As parcelas do REFIS MUNICIPAL deverão ser pagas até o dia previamente escolhido pelo optante, vencendo-se a primeira no ato ao do deferimento da opção, e as demais no mesmo dia dos meses subseqüentes.

§ 5º - O pedido de parcelamento implica:

I - em confissão irrevogável e irretratável dos débitos tributários;

II - na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais constantes do pedido, por opção do contribuinte.

§ 6º - Considerar-se-á automaticamente deferido o parcelamento, em caso de não manifestação da autoridade fazendária municipal no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do protocolo do pedido.

§ 7º - O valor de cada uma das parcelas, determinado na forma dos §§ 3 e 4, será acrescido de juros correspondentes a 1 % ao mês, a partir do mês subsequente ao da consolidação, até o mês do pagamento.

§ 8º - Para se apurar o valor total do débito tributário, fica estabelecido os seguintes critérios:

I - Os débitos fiscais inscritos em dívida ativa proveniente do parcelamento original no lançamento do referido carnê.

II - Os débitos fiscais, inscritos em dívida ativa provenientes dos pedidos de parcelamento, ajuizados ou não, sem ter quitado nenhuma das parcelas.

III - Os débitos fiscais, inscritos em dívida ativa provenientes dos pedidos de parcelamento ajuizados ou não, que tenha pago uma ou mais parcelas e interrompido, sem a devida quitação do total do crédito tributário.

§ 9º - Para fins da consolidação do montante do débito de que trata este artigo, ficam estabelecidos os seguintes benefícios ao contribuinte, em relação o da consolidação, até o pagamento.

a) - para pagamento à vista, em cota única, será concedido desconto de 100% (cem por cento) sobre o valor dos juros e da multa;

b) - para pagamento de até 03 (três) parcelas, será concedido desconto de 70% (setenta por cento) sobre o valor dos juros e da multa;

c) - para pagamento de 04 (quatro) a 10 (dez) parcelas, o desconto será de 50% (trinta por cento) sobre o valor dos juros e da multa;

d) - para pagamento de 11 (onze) a 30 (trinta) parcelas, o desconto será de 35% (trinta e cinco por cento).

§ 10 - Para os débitos fiscais, inscritos em dívida ativa proveniente dos pedidos de parcelamento ajuizados ou não, com os pagamentos em dia, sem interrupção, será estabelecido o seguinte critério:

I - Se a soma parcial das parcelas quitadas, for igual ou superior à 100% (cem por cento) ao valor original da dívida, (com exceção os anos de 1991 á

1995), fica concedida a remissão parcial, do restante do crédito tributário, com redução de 100% dos juros e multas das parcelas a vencer.

II - Caso a soma parcial das parcelas quitadas, for inferior à 100%(cem por cento) do valor original da dívida, (com exceção os anos de 1991 á 1995), fica concedida a remissão parcial, do restante do crédito tributário, com redução de 50% dos juros e multas das parcelas a vencer, ou optar para quitar o saldo devedor, por um novo REFIS.

Art. 5º - Até 30 de novembro de 2006, fica facultado à administração municipal proceder à compensação, quando postulada pelo contribuinte, de eventual crédito líquido, certo e exigível que este possua em face do erário municipal, oriundo de despesas correntes e ou investimentos, permanecendo no REFIS MUNICIPAL o saldo do débito que eventualmente remanescer.

§ 1º - Valores líquidos que, eventualmente, o contribuinte possa ter direito, decorrentes de atrasos de pagamento, ainda que relacionados com créditos referidos no "caput" não poderão ser incluídos na compensação, sujeitando-se ao procedimento normal de cobrança.

§ 2º - O contribuinte que pretender utilizar a compensação prevista neste artigo apresentará *juntamente com* o requerimento de opção, documentação probatória de seu crédito líquido, certo e exigível, indicando a origem respectiva.

§ 3º - O pedido de compensação será decidido pelo Secretário da Fazenda do Município, em até 30 (trinta) dias, deferindo-o ou não, segundo critérios de oportunidade e conveniência.

Art. 6º - O contribuinte será excluído do REFIS MUNICIPAL, mediante ato do Secretário da Fazenda do Município, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - inadimplência, de 3 (três) parcelas consecutivas, ou de (seis) alternadas, o que primeiro ocorrer.

II - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

III - constituição de crédito tributário, lançado de ofício, correspondente a tributo abrangido pelo REFIS MUNICIPAL e não Incluído na confissão a que se refere o artigo 2 desta Lei, salvo se integralmente pago em 30 (trinta) dias, contados da constituição definitiva ou, quando impugnado o lançamento, da intimação de decisão administrativa ou judicial, que o tomou definitivo;

IV - falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

V - falecimento ou insolvência do sujeito passivo, quando pessoa física, devendo, os herdeiros e sucessores assumirem solidariamente com a cindida as obrigações do REFIS MUNICIPAL;

VI - cisão de pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio permanecerem estabelecidos no Município de Bandeirantes e assumirem solidariamente com a cindida as obrigações do REFIS MUNICIPAL;

VII – prática de qualquer ato ou procedimento, que tenha por objetivo diminuir, subtrair ou omitir informações que componham a base-de-cálculo para lançamentos de tributos municipais.

§ 1º - A exclusão do contribuinte, do REFIS MUNICIPAL, acarretará a imediata exigibilidade da totalidade dos débitos tributos confessados e ainda não pagos, restabelecendo-se ao montante confessado, os acréscimos legais, previstos na legislação municipal à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, com a inscrição automática do débito em dívida ativa e conseqüente cobrança judicial

§ 2º - Sem prejuízos das penalidades previstas neste artigo, as parcelas pagas, após os respectivos vencimentos, sofrerão acréscimos de juros da mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculados a partir da data do vencimento e até o dia do pagamento e multa de mora de 2% (dois por cento), de acordo com o Código Tributário Municipal,

§ 3º - Nos casos de execuções fiscais ajuizadas pelo Município, as custas judiciais ficarão a cargo dos contribuintes, para serem beneficiados pelo REFIS Municipal.

Art.7º - O Secretário da Fazenda do Município, através de ato próprio, estabelecerá os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de inscrição ao REFIS MUNICIPAL e do parcelamento que trata a presente Lei.

Art. 8º - Para os aposentados e pensionistas que requerem por escrito e comprovarem, na época do Fato Gerador, a sua renda mensal de até 01 (um) salário mínimo e proprietário de único imóvel no município de Bandeirantes, sendo o mesmo sua única residência, dentro da data prevista nesta lei (cento e vinte dias), a sua dívida será remida.

Art. 9º - O REFIS MUNICIPAL não alcança débitos relativos ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI.

Art. 10º - Os incentivos fiscais previstos nos artigos anteriores, em conformidade com a Lei Complementar n.º 101 de 04/05 de 2000, Capítulo III - da Receita Pública, Seção II - da Renúncia de Receita, Art. 14 - parte, os incentivos de isenção e remissão do crédito tributário, o impacto estará acompanhado neste exercício e nos dois seguintes; e o § 3 ; - I, não afetará as metas de resultados fiscais previstas na LDO.

Art. 11 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, se entender necessário, para a sua perfeita aplicação.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 13 de junho de 2006.

José Fernandes da Silva
Prefeito Municipal